

## **1. Informações gerais**

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. - CRT ou Companhia - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 22/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ . A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal controlador é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pela Administração da Companhia em 13 de agosto de 2014.

## **2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)**

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de agosto de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

As informações financeiras intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas na imprensa oficial em 26 de fevereiro de 2014.

## **2.1 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade**

### Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O International Accounting Standards Board – IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes, ainda não emitidos pelo CPC:

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2014, exceto quanto à alteração do IAS 39 citada abaixo que é aplicável para exercícios em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de junho de 2014:

IAS 36 – Redução no valor recuperável de ativo (alteração) – introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (alteração) – clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições.

IAS 32 – Instrumentos financeiros – divulgação (alteração) – clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRIC 21 – Taxas governamentais (nova interpretação) – introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

IFRS 1 (alteração) - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tal pronunciamento antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações financeiras intermediárias.

### **3. Contrato de concessão**

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões

técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 173.110, como segue:

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017 a 2021</b>	<b>Total</b>
Investimentos – PER	54.644	54.032	19.374	45.060	173.110

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

#### **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<u>Caixa e Bancos:</u>	4.662	6.204
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Votorantim S.A.	5.404	2.268
Caixa Econômica Federal	18.272	3.570
Banco ABC Brasil S.A	6.154	-
Banco Bradesco S.A	947	-
	<u>30.777</u>	<u>5.838</u>
Total	<u>35.439</u>	<u>12.042</u>

As aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 99,5% e 101% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

## 5. Aplicações financeiras

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Fundo de Investimento	-	1.049
Total	-	1.049

  

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Aplicações Financeiras	916	-
Total	916	-

O fundo de investimento refere-se a aplicações financeiras em fundos não exclusivo. Os ganhos e perdas decorrentes dessa aplicação foram reconhecidos no resultado do período de acordo com sua incidência.

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário à um percentual do CDI, a taxa de referência do mercado de juros, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, face garantia para pagamento do principal e dos juros contratados.

## 6. Créditos a receber

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Pedágio eletrônico	7.544	7.939
Vale Pedágio	876	1.007
Pedágio	10	-
Títulos a receber	1	1
Total	8.431	8.947

A Companhia desde o ano 2009, vem operando com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via fácil e em 2011, com o sistema de vale pedágio

DBTRANS , sendo os valores recebíveis em até 45 e 30, dias respectivamente, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos para estes créditos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

## 7. Créditos a receber de partes relacionadas

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
PEX - Passe Expresso	851	808
Total	<u>851</u>	<u>808</u>

Referem-se à prestação de serviços entre a PEX – Passe Expresso, controlada pela INVEPAR, e a Companhia, regulada através de contrato entre as partes, desde o terceiro trimestre de 2013. Os valores relativos a essa operação são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês do registro da passagem pelo usuário. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo de partes relacionadas estão representados por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

## 8. Estoques

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Almoxarifado	663	506
Outros estoques	86	133
Total	<u>749</u>	<u>639</u>

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

## 9. Impostos, taxas e contribuições

### a) Impostos a recuperar

	30.06.2014	31.12.2013
Imposto de Renda e Contribuição Social	94	94
PIS e COFINS	327	325
ISS	7	-
Circulante	428	419

### b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	30.06.2014	31.12.2013
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.622	8.993
PIS e COFINS	602	665
ISS	821	1.130
ICMS	17	47
IRRF	12	24
Circulante	6.074	10.859

### c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro – e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Os fundamentos dos ativos e passivos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	<b>30.06.2014</b>			<b>31.12.2013</b>
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>				
IR e CS diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	485	175	660	722
IR e CS diferidos s/ Prov. Riscos	901	231	1.132	1.199
Ativo não circulante	1.386	406	1.792	1.921
<b>Passivo</b>				
IR e CS diferidos Receita Financeiras	1.232	443	1.675	1.460
IR e CS diferidos Amortização Intangível	1.801	649	2.450	2.469
Passivo não circulante	3.033	1.092	4.125	3.929
Passivo Líquido	1.647	686	2.333	2.008

As projeções de realizações dos impostos diferidos são as seguintes:

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Ativo diferido</b>		
Ativo diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.167	1.296
Ativo diferido a ser recuperado após 12 meses	625	625
	1.792	1.921
<b>Passivo diferido</b>		
Passivo diferido a ser liquidado em até 12 meses	513	1.023
Passivo diferido a ser liquidado após 12 meses	3.612	2.906
	4.125	3.929
Imposto diferido (líquido)	2.333	2.008

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:



	<b>30.06.2014</b>	<b>30.06.2013</b>
Lucro antes da tributação	37.494	42.066
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	12.748	14.302
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões permanentes	257	538
Incentivos fiscais	(156)	(130)
Outros	(291)	(169)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	12.558	14.541
Taxa efetiva	33,49%	34,57%
Corrente	12.233	14.144
Diferido	325	397

#### e) Considerações sobre MP 627

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei n 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na lei 12.973/14, que reduziu os efeitos tributários previstos para o período anterior à 2014. Considerado os termos da publicação da lei 12.973/14, a Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa lei e concluiu pela não adoção antecipada.

## 10. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizado	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2013</b>						
Saldo inicial líquido	1.414	91	235	156	1.549	3.445
Aquisições	266	91	79	441	1.410	2.287
Transferências	896	19	-	-	(915)	-
Baixas	(12)	(10)	(7)	(449)	-	(478)
Depreciação	(304)	(78)	(33)	(46)	(90)	(551)
Baixas	6	4	2	277	-	289
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.266</b>	<b>117</b>	<b>276</b>	<b>379</b>	<b>1.954</b>	<b>4.992</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>						
Custo	3.935	806	462	529	2.203	7.935
Depreciação acumulada	(1.669)	(689)	(186)	(150)	(249)	(2.943)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.266</b>	<b>117</b>	<b>276</b>	<b>379</b>	<b>1.954</b>	<b>4.992</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2014</b>						
Saldo inicial líquido	2.266	117	276	379	1.954	4.992
Aquisições	42	10	34	393	499	978
Transferências	2	-	(2)	-	-	-
Baixas	-	(8)	-	-	-	(8)
Depreciação	(186)	(36)	(20)	(79)	(31)	(352)
Baixas	-	5	-	-	-	5
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.124</b>	<b>88</b>	<b>288</b>	<b>693</b>	<b>2.422</b>	<b>5.615</b>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>						
Custo	3.978	808	494	923	2.702	8.905
Depreciação acumulada	(1.854)	(720)	(206)	(230)	(280)	(3.290)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.124</b>	<b>88</b>	<b>288</b>	<b>693</b>	<b>2.422</b>	<b>5.615</b>

De acordo com o CPC01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

A vida útil dos itens utilizada na depreciação é como se segue:

	<b>Anos</b>
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

## 11. Intangível

	Infraestrutura				Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)			
<b>Em 1º de janeiro de 2013</b>							
Custo	121.569	16.589	138.872	32.978	53	366	310.427
Amortização acumulada	(62.260)	(12.614)	(62.552)	-	(27)	(227)	(137.680)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>59.309</b>	<b>3.975</b>	<b>76.320</b>	<b>32.978</b>	<b>26</b>	<b>139</b>	<b>172.747</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>							
Saldo inicial	59.309	3.975	76.320	32.978	26	139	172.747
Aquisições	136	939	117	43.729	-	72	44.993
Transferências	8.129	7.405	15.877	(31.436)	-	25	-
Baixas	-	(1.013)	(1)	-	-	-	(1.014)
Amortização	(7.612)	(731)	(9.509)	-	(11)	(44)	(17.907)
Baixas	-	1.002	-	-	-	-	1.002
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>59.962</b>	<b>11.577</b>	<b>82.804</b>	<b>45.271</b>	<b>15</b>	<b>192</b>	<b>199.821</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>							
Custo	129.834	23.920	154.865	45.271	53	463	354.406
Amortização acumulada	(69.872)	(12.343)	(72.061)	-	(38)	(271)	(154.585)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>59.962</b>	<b>11.577</b>	<b>82.804</b>	<b>45.271</b>	<b>15</b>	<b>192</b>	<b>199.821</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2014</b>							
Saldo inicial	59.962	11.577	82.804	45.271	15	192	199.821
Aquisições	8	178	73	8.383	-	5	8.647
Amortização	(4.174)	(837)	(5.695)	-	(5)	(23)	(10.734)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>55.796</b>	<b>10.918</b>	<b>77.182</b>	<b>53.654</b>	<b>10</b>	<b>174</b>	<b>197.734</b>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>							
Custo	129.842	24.099	154.938	53.654	53	467	363.053
Amortização acumulada	(74.046)	(13.181)	(77.756)	-	(43)	(293)	(165.319)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>55.796</b>	<b>10.918</b>	<b>77.182</b>	<b>53.654</b>	<b>10</b>	<b>174</b>	<b>197.734</b>

(\*) O valor de outros refere-se as obras em andamento.

De acordo com o CPC 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Até 30 de junho de 2014, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$ 917 (R\$ 262 em 2013).

## 12. Fornecedores e outras obrigações

	30.06.2014	31.12.2013
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	1.134	1.388
	<u>1.134</u>	<u>1.388</u>
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças	78	242
Verba de fiscalização	253	253
Adiantamento de clientes	593	393
Outras	104	208
	<u>1.028</u>	<u>1.096</u>
Outras contas a pagar		
Cauções e retenções contratuais	1.028	1.649
Outras	18	16
	<u>1.046</u>	<u>1.665</u>
Dividendos	1.393	6
Total	<u>4.601</u>	<u>4.155</u>

## 13. Empréstimos e financiamentos

	30.06.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES	10.928	59.338	10.571	60.931

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: sub crédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661.

Sobre os sub créditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os sub créditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os sub créditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os sub créditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. O amortização dos sub-créditos findar-se-ão em 15 de julho de 2017 e 15 de julho de 2019.

A companhia deu como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013, substituída por novas cartas de fianças, cujos vencimentos ocorrerão em 27 de fevereiro de 2015 e 10 de abril de 2015.

A companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. A destinação dos recursos está sendo aplicada na realização das obras da Rodovia BR 116, na Construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da Serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02.

A totalidade do crédito está dividida em: sub créditos A – R\$ 5.439, B – R\$ 1.360, C – R\$ 2.720 – totalmente liberados.

Sobre o sub crédito A, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1,0% ao ano.

Sobre os sub créditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em

moeda estrangeira, sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento iniciou-se em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

A companhia deu como garantia Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão em 20/08/2012.

A companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2014, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes sub créditos: Sub crédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 23.620 foram levantados até a presente data e Sub crédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 10.123 foram levantados até a presente data.

Sobre o sub crédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o sub crédito B incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os sub créditos serão utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015, até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a 3 (três) PMT's e penhor de 15,37%, das ações da Concessionária em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A e Queiroz Galvão Logística S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- IV – Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”).

Em 30 de junho de 2014, todos os “covenants” foram atendidos.



As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
2015	8.663	13.491
2016	18.733	17.866
2017	15.613	14.727
2018	10.313	9.377
2019	6.016	5.470
	<b>59.338</b>	<b>60.931</b>

#### **14. Salários, provisões e contribuições**

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Provisões Trabalhistas	1.844	1.291
Encargos Trabalhistas	614	698
Imposto de Renda Retido na Fonte	80	69
Participação no Resultado	687	1.534
Benefícios	33	19
Outros	95	293
Circulante	<b>3.353</b>	<b>3.904</b>

#### **15. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais**

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro. A Administração, portanto, não acredita, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

##### Composição e movimentação do saldo

	<b>Saldo Inicial 31.12.2013</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo Final 30.06.2014</b>
Trabalhistas	1.342	(15)	1.327
Cíveis	1.404	(179)	1.225
Fiscais	20	-	20
Valor Provisionado	<b>2.766</b>	<b>(194)</b>	<b>2.572</b>

#### a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

- (ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral. Atualmente, a CRT e seus advogados acreditam serem remotas as chances de reforma da decisão de primeiro grau.

- (iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

Os processos são oriundos do município de Teresópolis, na importância de R\$ 20, que estão sendo contestados, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 10.019 em junho de 2014, referente a processos cíveis, trabalhistas e fiscais, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não considerados para fins de provisão. Dentre as ações possíveis, destacam-se aproximadamente, R\$ 1.346 referente a processos trabalhistas, R\$ 8.334 cíveis e R\$ 339 fiscais. Entretanto, a companhia demonstra a evolução destes processos regularmente.

## 16. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

	30.06.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para manutenção	247	1.692	285	1.839

## 17. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª

emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.
Prêmio de emissão (em R\$):	As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
Conversibilidade:	As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que

venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A Administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

#### Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da companhia para consulta dos investidores no endereço [www.crt.com.br](http://www.crt.com.br).

#### Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963
Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676
Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social é de R\$ 72.470, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2014, foi deliberado o aumento de R\$ 9.150 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 72.470, mediante utilização de Reserva Lucros e Reserva de Capital.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	30.06.2014						31.12.2013	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.538	24,91
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.464	21,35
STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.367	16,62
Queiroz Galvão Participações - Concessões S/A	—	—	—	—	—	—	10.262	11,87
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	—	—
Construtora Queiroz Galvão S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.524	11,02
M.&G. Consultoria e Participações	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	—	—	—	—	—	—	14	0,02
<b>Total</b>	<b>48.786</b>	<b>100</b>	<b>37.680</b>	<b>100</b>	<b>86.466</b>	<b>100</b>	<b>86.466</b>	<b>100</b>

### b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a

distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

	<b>30.06.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Lucro líquido do período	24.936	50.436
Reserva legal	(1.247)	(2.522)
Base de cálculo	23.689	47.914
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo	5.922	11.979
Dividendo adicional pago	2.267	10.368
Dividendo adicional proposto	6.065	1.334
Total de dividendos	14.254	23.681

Em 30 de junho de 2014 os dividendos são antecipados nos termos do Estatuto Social e em 31 de dezembro de 2013, se referem a dividendos obrigatórios adicionado de dividendos adicionais propostos.

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

**19. Receitas**

	<b>01.04.2014 à 30.06.2014</b>	<b>01.01.2014 à 30.06.2014</b>	<b>01.04.2013 à 30.06.2013</b>	<b>01.01.2013 à 30.06.2013</b>
Receita de pedágio	47.987	97.677	45.938	91.985
Receita extraordinária	233	370	126	247
Receita de construção *	3.679	8.627	10.993	16.260
Tributos incidentes sobre as receitas	(4.185)	(8.502)	(3.992)	(7.992)
Receita líquida	47.714	98.172	53.065	100.500

\* Reconhecimento realizado em atendimento a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção, assim como Custo de Construção de igual valor também reconhecido no resultado do período.



## 20. Custos

	01.04.2014 à 30.06.2014	01.01.2014 à 30.06.2014	01.04.2013 à 30.06.2013	01.01.2013 à 30.06.2013
Custos associados às receitas de pedágio				
Manutenção e conservação				
Pessoal, encargos e benefícios	670	1.292	593	1.284
Prestadores de serviço	2.300	4.440	2.005	3.646
Material, equipamento e veículos	343	826	266	423
Gastos gerais	135	302	232	382
Gastos com aluguéis	53	83	61	61
Depreciação e amortização	5.356	10.707	4.404	8.646
	8.857	17.650	7.561	14.442
Custo de operação				
Pessoal, encargos e benefícios	2.179	4.196	2.050	3.921
Prestadores de serviço	1.869	3.738	1.644	3.280
Material, equipamento e veículos	1.094	1.602	496	933
Gastos gerais	150	305	152	262
Custos contratuais de concessão	1.792	3.607	1.993	3.912
	7.084	13.448	6.335	12.308
Custo de monitoração				
Prestadores de serviço	215	411	171	500
Material, equipamento e veículos	-	-	-	1
	215	411	171	501
Custo de projetos especiais				
Prestadores de serviço	84	123	-	1
Material, equipamento e veículos	-	1	-	1
Custo apropriação	89	147	20	57
	173	271	20	59
Total de custos associados a receita de pedágio	16.329	31.780	14.087	27.310
Custos associados às receitas de construção				
Custo de construção	3.679	8.627	10.993	16.260
<b>Total Geral</b>	<b>20.008</b>	<b>40.407</b>	<b>25.080</b>	<b>43.570</b>

## 21. Despesas administrativas

	01.04.2014 à 30.06.2014	01.01.2014 à 30.06.2014	01.04.2013 à 30.06.2013	01.01.2013 à 30.06.2013
Salários, encargos e benefícios	1.696	3.438	1.984	3.536
Serviços de terceiros	679	1.375	749	1.238
Desp. de materiais, equipamentos e veículos	212	430	286	517
Despesas gerais	1.359	2.744	1.556	3.004
Despesas de remuneração de dirigentes	318	629	290	572
Total	4.265	8.616	4.866	8.867

## 22. Receitas e despesas, financeiras

	01.04.2014 à 30.06.2014	01.01.2014 à 30.06.2014	01.04.2013 à 30.06.2013	01.01.2013 à 30.06.2013
Despesas financeiras:				
Despesas de financiamento	(942)	(1.609)	(926)	(1.684)
Despesas bancárias	(77)	(209)	(207)	(354)
Outros	-	-	(401)	(353)
	(1.019)	(1.818)	(1.534)	(2.391)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações	654	1.005	116	219
Fundo de investimento	-	16	-	-
Variação monetária ativa	270	271	34	35
Descontos obtidos	15	31	12	23
	939	1.323	162	277
Remuneração de Debenturistas	(8.232)	(9.789)	(1.239)	(2.702)
Total	(8.312)	(10.284)	(2.611)	(4.816)

## 23. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

### a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

A Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 30 de junho de 2014, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 1.026 (R\$ 893 em 2013).

## b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2014, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 2.800.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	30.06.2014			30.06.2013		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	569	60	629	525	47	572
Bônus variáveis (i)	281		281	293		293
Outros	40		40	50		50
Total	890	60	950	868	47	915

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

## 24. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

### (a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira

das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

<b>Operação</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A 25%</b>	<b>Cenário B 50%</b>
Aplicação financeira	30.777	30.777	30.777
Taxa anual estimada do CDI	10,80%	8,10%	5,40%
Efeito anual no caixa líquido	3.324	2.493	1.662

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A 25%</b>	<b>Cenário B 50%</b>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,8%	14.659	14.933	15.208
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,8%	6.376	6.494	6.612
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	7.892	8.115	8.338
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	3.459	3.554	3.650
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%

(c.2) BNDES II

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A 25%</b>	<b>Cenário B 50%</b>
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 5,30%	4.909	5.000	5.091
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES + 4,30%	1.389	1.433	1.478
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES + 4,30%	2.778	2.867	2.955
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		8,97%	11,21%	13,45%

(c.3) BNDES III

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A 25%</b>	<b>Cenário B 50%</b>
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,80%	28.639	29.562	30.485
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	12.619	13.014	13.410
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%

(d) Taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio, exceto pela variação da UMBNDDES (bolsa de moedas) citada acima.

(e) Derivativos

No período encerrado em 30 de junho de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2014, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2013, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,20 e 1,00. Os índices de alavancagem financeira em, 30 de junho de 2014 e, em 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Debêntures (Nota 17)	17.778	10.461
Total dos empréstimos (Nota 13)	70.266	71.502
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<u>(35.439)</u>	<u>(12.042)</u>
Dívida líquida	52.605	69.921
Total do patrimônio líquido	<u>151.499</u>	<u>131.549</u>
Total do capital	<u>204.104</u>	<u>201.470</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,26</u>	<u>0,35</u>

A Companhia obteve e mantém o rating em “AA(bra)” atribuído pela classificadora de riscos “Fitch Ratings”.

## 25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2014 e de 2013.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.334 ações preferenciais classe A, totalizando 142.800 (cento e quarenta e dois mil e oitocentos) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.014 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30.06.2014			30.06.2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Numerador básico</b>						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	13.482	11.454	24.936	14.882	12.643	27.525
<b>Denominador básico e diluído (*)</b>						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
<b>Lucro Básico por ação (R\$) (*)</b>	<b>276,35</b>	<b>303,98</b>	<b>288,39</b>	<b>305,04</b>	<b>335,54</b>	<b>318,33</b>
<b>Lucro Diluído por ação R\$ (*)</b>	<b>206,60</b>	<b>227,26</b>	<b>220,20</b>	<b>305,04</b>	<b>335,54</b>	<b>318,33</b>

(\*) Para o lucro diluído em 30 de Junho de 2014, vide quadro abaixo:

	30.06.2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Numerador diluído</b>			
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	7.993	16.943	24.936
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	2.086	4.423	6.509
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado <sup>1</sup>	10.079	21.366	31.445
<b>Denominador diluído</b>			
Média ponderada de ações em circulação <sup>2</sup>	48.786	94.014	142.800
<b>Lucro diluído por ação (R\$)</b>	<b>206,60</b>	<b>227,26</b>	<b>220,20</b>

<sup>1</sup> A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado.

<sup>2</sup> Considerando se ocorresse a conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

A interpretação e adequada visualização do impacto da diluição está intimamente associada ao percentual de distribuição de lucro (nestas informações trimestrais, de 75%) apurado. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Para correta visualização do impacto, no lucro líquido por ação, deve-se anular também o efeito do percentual atribuído de distribuição.

A seguir apresentaremos o quadro com os impactos em um cenário de 100% de distribuição do resultado do período:

	30.06.2014			30.06.2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Numerador básico</b>						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	11.637	9.887	21.525	10.482	8.906	19.388
<b>Denominador básico e diluído (*)</b>						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
<b>Lucro Básico por ação (R\$) (*)</b>	<b>238,54</b>	<b>262,40</b>	<b>248,94</b>	<b>214,86</b>	<b>236,35</b>	<b>224,23</b>
<b>Lucro Diluído por ação R\$ (*)</b>	<b>206,60</b>	<b>227,26</b>	<b>220,20</b>	<b>214,86</b>	<b>236,35</b>	<b>224,23</b>

(\*) Para o lucro diluído em 30 de junho de 2014, vide quadro abaixo:

	30.06.2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Numerador diluído</b>			
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	6.900	14.625	21.525
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	3.180	6.740	9.920
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado <sup>1</sup>	10.079	21.366	31.445
<b>Denominador diluído</b>			
Média ponderada de ações em circulação <sup>2</sup>	48.786	94.014	142.800
<b>Lucro diluído por ação (R\$)</b>	<b>206,60</b>	<b>227,26</b>	<b>220,20</b>



Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A companhia não possui outros instrumentos diluidores e para o período de três meses findo em 30 de junho de 2014 e 2013, além das debêntures conversíveis descritas na nota explicativa nº 17.

## 26. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 30 de junho de 2014:

<b>Modalidade</b>	<b>Limite Máximo de Indenização</b>	<b>Vigência</b>	<b>Seguradora</b>
Responsabilidade Civil	7.000	12.08.14 à 12.09.14	Aig
Risco Engenharia	35.233	31.07.12 à 31.12.14	Liberty
Riscos Operacionais	45.000	11.07.14 à 11.07.15	Fairfax Brasil
Garantia	15.600	22.11.13 à 22.11.14	Fator
Adm. e Diretores	20.000	15.02.14 à 15.02.15	Aig
Multirisco Empresarial	4.200	11.08.14 à 11.09.14	Argo

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.